

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 33/2023, em que é recorrente **Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 173/2023

*(Autos de Amparo 33/2023, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Inadmissão por manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia e por existência de recurso com objeto substancialmente igual rejeitado)*

### I. Relatório

1. A Senhora Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento, interpôs recurso de amparo, depois de notificado do Acórdão 114/2023, de 30 de maio, e dos Acórdãos 5/2023 e 6/2023, de 30 de agosto, todos prolatados pelo Egrégio STJ, veio, por esta via, pedir amparo. Os fundamentos apresentados na sua petição inicial já haviam sido sumarizados no relatório do Acórdão 164/2023, de 23 de outubro, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Aperfeiçoamento por Obscuridade na Identificação das Condutas Lesivas de Direito, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 116, 7 de novembro de 2023, pp. 2375-2378, nos termos que abaixo se reproduz:

#### 1.1. Em relação aos factos, relata que:

1.1.1. Teria sido julgada e condenada pelo Tribunal Judicial da Comarca de São Nicolau que lhe aplicou a pena de cinco anos de prisão cuja execução foi suspensa pelo mesmo período;

1.1.2. Dessa decisão, tanto ela como o Ministério Público (MP) interpuseram recurso para o Tribunal da Relação de Barlavento que julgou procedente o do MP e negou provimento ao seu, agravando com isso a sua situação processual;

1.1.3. Inconformada com tal decisão, dela recorreu para o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que decidiu declarar extintos, por prescrição, alguns dos crimes pelos quais o TRB a tinha condenado, mantendo, no entanto, a pena de cinco anos e seis meses pela prática do crime de peculato, p.p. pelo artigo 366 do CPP, decisão que lhe viria a ser notificada a 20 de julho de 2023;

1.1.4. Uma vez notificada da decisão do STJ pediu a esse tribunal a reparação dos seus direitos fundamentais alegadamente violados, esgotando, a seu ver, todas as vias ordinárias para a defesa dos seus direitos que a lei do processo punha a seu dispor;

1.1.5. Entretanto, diz que compulsados os autos constatou que não tinha sido notificada pessoalmente do recurso do MP (fls. 336 a 361) e muito menos dos pareceres do procurador de círculo junto do Tribunal da Relação de Barlavento e do PGR (fls. 382 a 385, 432 a 436). E que, também, não teria sido notificada pessoalmente da decisão do TRB que rejeitou o seu recurso por falta de fundamentação, mas que concedeu provimento ao recurso interposto pelo MP, alterando a pena parcelar que lhe fora aplicada para 5 anos e 6 meses de prisão, pelo crime de peculato na forma continuada, p. e p. pelo artigo 366º, com referência aos artigos 139º, 259º, e 34º, todos do Código Penal (CP).

1.2. De um ponto de vista jurídico arrazoa que:

1.2.1. Defende que as omissões que ocorreram no processo constituem nulidades insanáveis, nos termos dos artigos 77º, número 1, al. a) e b), 142º, número 2 e 151º, al. h), todos do CPP, que podem ser suscitadas a todo o tempo;

1.2.2. Por isso, em seu entender, mesmo que não tivesse pedido a reparação e o pronunciamento sobre essas questões, por serem nulidades insanáveis de conhecimento oficioso, o tribunal recorrido tinha a obrigação de as conhecer;

1.2.3. Diz que inicialmente não tinha pedido expressamente que o seu recurso fosse julgado em audiência contraditória, mas que logo que foi notificada do acórdão recorrido, no dia 20 de junho de 2023, requereu a reparação desse direito, tendo a sua pretensão sido negada pelo STJ;

1.2.4. Acrescenta que o facto de os recursos terem sido julgados em conferência e não em audiência pública conforme determinado na lei, constitui também nulidade e

violação de direitos fundamentais, por omissão da publicidade da audiência, e pede que os mesmos sejam reparados.

1.3. Acrescenta ser ré primária, mãe de dois filhos menores, casada, chefe de família, estar integralmente inserida na sociedade, que existe um acordo com a CMRB no sentido de reparar danos através da devolução do valor de que se locupletou e que desde a data da sentença, há mais de dez anos, não foi alvo de qualquer outro tipo de processo criminal.

1.4. Na sequência, aproveita para reiterar que ignorar as nulidades insanáveis apontadas, não dar provimento ao seu recurso e negar a reparação dos seus direitos fundamentais, com os fundamentos apresentados no acórdão recorrido, viola o direito à presunção de inocência, contraditório, ampla defesa, processo justo e equitativo e publicidade da audiência, consagrados nos artigos 22 e 35, números 1, 6, 7 e 9, da CRCV.

1.5. Termina o seu requerimento rogando que o seu recurso seja (m):

1.5.1. Admitido;

1.5.2. Escrutinado e decidido sobre a obrigatoriedade de notificação dos pareceres e recursos do MP e do Acórdão do TRB, diretamente e na pessoa da recorrente, e pergunta se não constituiria nulidade insanável e violação dos direitos fundamentais, o facto de o tribunal recorrido ter julgado o recurso em conferência e não em audiência contraditória pública (artigos 461º, 463 e 464 do CPP e 22, 35, números 1, 7 e 9 da CRCV);

1.5.3. Julgado procedente e, consequentemente, revogado o *Acórdão 114/2023, de 30 de maio de 2023*, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências;

1.5.4. Restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados e seja ordenado ao órgão recorrido que cumpra as formalidades legais e repare vícios (artigo 470º do CPP);

1.5.5. Juntou duplicados legais e documentos.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para a emissão de parecer sobre a

admissibilidade do recurso, tendo-o feito, S. Excia. o Sr. Procurador-Geral da República, que articulou os seguintes argumentos:

2.1. A recorrente estaria provida de legitimidade.

2.2. Teriam sido esgotados todos os meios ordinários de defesa dos direitos, liberdades e garantias estabelecidos pela respetiva lei do processo.

2.3. A recorrente apresenta como fundamento para sustentar as alegadas violações dos seus direitos, o facto de não ter sido notificada pessoalmente do recurso da sentença interposto pelo Ministério Público junto ao TRB, não ter sido notificada pessoalmente do acórdão do TRB que deu razão ao MP e aumentou a pena aplicada, assim como, não ter sido notificada dos pareceres emitidos pelo MP junto ao TRB e pelo MP junto ao STJ.

2.4. Conforme se podia alcançar dos autos, o recurso da sentença a que se refere a recorrente foi interposto pelo MP no dia 01 de agosto de 2016 e o acórdão proferido no dia 19 de abril de 2019, tendo dele a recorrente interposto recurso para o STJ, o que demonstra que ela teria tido conhecimento dessas alegadas omissões naquela altura.

2.5. No entanto, não suscitou essas questões no processo, junto ao TRB, requerendo a reparação das alegadas nulidades e, tão pouco, as teria suscitado no recurso interposto para o STJ.

2.6. Só viria a requerer a reparação desses direitos após a notificação do acórdão do STJ, em 2023, o que equivaleria a dizer que a recorrente não invocou no processo de forma expressa e formalmente adequada as alegadas violações dos seus direitos logo que delas teve conhecimento como determinado na al. c) do nº 1 do artigo 3º.

2.7. Por essa razão, e na medida em que o Tribunal Constitucional tem considerado que os requisitos de admissibilidade são cumulativos e que basta a ausência de um deles para que o recurso não seja admitido, afigurar-se-lhe-ia inviabilizada a admissibilidade do presente recurso de amparo.

3. Marcada a sessão de julgamento para o dia 20 de outubro, nessa data se realizou com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo decisão de aperfeiçoamento, nos termos da qual se determinou

notificação dos recorrentes para, sem a necessidade de reproduzir a petição inicial, especificar de forma clara, precisa e completa a(s) conduta(s) do órgão recorrido que considera violar os seus direitos, liberdades e garantias e os seus respetivos contornos.

3.1. Lavrada no *Acórdão 164/2023, de 23 de outubro, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Aperfeiçoamento por obscuridade na Identificação das Condutas Lesivas de Direitos*, que:

3.2. A decisão foi notificada à recorrente no dia 25 de outubro, às 17h15. Em resposta à mesma a recorrente protocolou uma peça de aperfeiçoamento do seu recurso, no dia 27 de outubro, que denominou de “Aperfeiçoamento do recurso de amparo”, onde indicou as duas condutas que entende que o Tribunal deve escrutinar e sobre elas decidir.

4. Marcada sessão de julgamento para o dia 2 de novembro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## **II. Fundamentação**

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017*,

de 20 de julho, *Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp.

75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;



2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer

os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na presente situação, apesar de ter apresentado o requerimento recursal na secretaria do Tribunal Constitucional, era notório que a peça não cumpria na sua plenitude a forma prevista na lei, tendo em conta que a requerente não conseguiu indicar na sua petição inicial qual(ais) a conduta(s) violadora(s) dos seus direitos, liberdades e garantias pretendia impugnar, já que o teria feito de forma obscura. Isto porque, no geral, menciona três acórdãos e no ponto 44 diz que: “[c]ontudo, essas são as condutas (factos) práticas [seria praticadas?] pelo tribunal recorrido, que repercutiram negativamente nos direitos fundamentais da recorrente: a) Obrigatoriedade (omissão) de notificação, do acórdão do TRB, diretamente e na pessoa do recorrente, enquanto titular do processo; b) julgamento

do recurso em conferência e não em audiência contraditória pública (...). Assim, como se destacou no *Acórdão 164/2023, de 23 de outubro, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Aperfeiçoamento por obscuridade na Identificação das Condutas Lesivas de Direitos*, o Tribunal não conseguiu vislumbrar qualquer conduta nessa formulação, mas apenas a definição de duas temáticas que estariam relacionadas ao recurso que a recorrente interpôs e na medida em que cita três acórdãos do tribunal recorrido não fica claro qual deles, respetivamente, terá praticado o que a recorrente designa de condutas e em que termos; Além disso, também não se conseguiu identificar claramente quais os fundamentos concretos que o STJ terá utilizado para decidir o que a recorrente tem por lesivos de direitos, liberdades e garantias de sua titularidade;

2.3.5. A admissibilidade de um aperfeiçoamento determinado pelo Tribunal Constitucional em acórdão tirado em sede de recurso de amparo depende de, primeiro, a peça protocolada por um recorrente entrar dentro do prazo previsto pelo artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*; segundo, de corresponder às injunções feitas pelo aresto;

2.3.6. Não estará em causa que a peça de aperfeiçoamento foi oportunamente colocada, haja em vista que, tendo os recorrentes sido notificados no dia 25 de outubro de 2023, protocolaram-na dois dias depois, a 27 desse mesmo mês e ano;

2.3.7. E nem que indicaram de forma perceptível um conjunto de condutas que pretendiam impugnar, a maior parte delas passível de ser aferida para efeitos de possível admissibilidade;

2.4. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no

outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.5. Sendo assim, com a peça de aperfeiçoamento, o Tribunal entende que todos os requisitos da peça estão presentes, considerando o Coletivo ter todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento

3. No essencial, consegue-se depreender as condutas que a recorrente pretende impugnar e a entidade que as terá empreendido, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque diz que:

3.1. As condutas que pretende impugnar estão delineadas da seguinte forma:

3.1.1. “O tribunal recorrido ao julgar o recurso da recorrente em conferência e não em audiência contraditóri[a], restringiu os direitos fundamentais da mesma”;

3.1.2. “O tribunal recorrido ao não conhecer a nulidade insanável, referente [à] omissão da notificação do recurso e pareceres do MP, bem como do acórdão do TRB, violou os direitos fundamentais da recorrente”; o que terá,

3.2. Lesado o seu direito de presunção de inocência, contraditório, ampla defesa, processo justo e equitativo e publicidade da audiência, consagrados nos artigos 22 e 35 números 1, 6, 7 e 9 da CRCV; justificando,

3.3. A concessão de amparo de “restabelecimento dos direitos violados”.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal

Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. A recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arrogue ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pela conduta impugnada, que por ter sido condenada numa pena de cinco anos e seis meses de prisão, possui legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, a recorrente indica na sua petição inicial três acórdãos de onde alegadamente decorrem as condutas que impugna;

4.3.2. Tendo por referência os dois últimos que, datando de 30 de agosto de 2023 sido notificados à recorrente no dia 4 de setembro de 2023;

4.3.3. E tendo o recurso de amparo dado entrada no dia 13 desse mesmo mês, não há qualquer dúvida de que este foi protocolado oportunamente.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um

comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2023, pp. 1618-1653, 3.2, e *Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023,

pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, a recorrente apresenta como condutas lesivas de direitos, liberdades e garantias atos consubstanciados no facto de:

5.1.1. O tribunal recorrido, ter julgado o recurso da recorrente em conferência e não em audiência contraditória, restringindo os seus direitos fundamentais;

5.1.2. O tribunal recorrido ao não ter conhecido a nulidade insanável, referente à omissão da notificação do recurso e pareceres do MP, bem como do acórdão do TRB, violou os direitos fundamentais da recorrente;

5.2. Dando-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

5.3. Ficam, por motivos evidentes, excluídas quaisquer outras condutas não impugnadas pela recorrente, não podendo o Tribunal Constitucional atender à sugestão da mesma de escrutinar outras condutas que ela própria não identificou.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, o que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso concreto, a recorrente refere-se a lesões ao direito de presunção de inocência, contraditório, ampla defesa, processo justo e equitativo e publicidade da audiência, consagrados nos artigos 22 e 35, números 1, 6, 7 e 9, todos da Lei Fundamental.

6.1.1. Daí, dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, seja pela sua localização sistemática, seja pela sua natureza intrínseca de garantias associadas ao direito à liberdade sobre o corpo, ou de direitos análogos de proteção judiciária;

6.1.2. Assim, dúvidas não persistirão de que são, respetivamente, verdadeiras garantias fundamentais amparáveis e direitos análogos.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. Neste caso concreto, tratam-se de condutas que só poderiam ter sido, pelo menos em última instância, praticadas pelo Supremo Tribunal de Justiça;

6.2.2. Em relação à primeira conduta que se consubstancia no facto de os recursos da recorrente não terem sido julgados em audiência contraditória pública, tendo o tribunal recorrido conhecido da questão, deixou o seguinte pronunciamento no *Acórdão* 5/2023/2024 (fls. 100 e 101): “[c]om a recente revisão ao nosso processo penal, operada pela Lei nº 121/IX/2021, de 1 de abril, o legislador consagrou o julgamento dos recursos em conferência como regra, em contraposição com o julgamento em audiência contraditória que, presentemente, se assume como excecional, justificando apenas em casos em que deva haver renovação da prova ou mediante pedido expresso do recorrente ou do recorrido, consignado nas respetivas alegações ou contra-alegações de recurso, com especificação de pontos concretos, de facto e de direito, que se pretende que sejam debatidos na audiência (art.º 463 do CPP). Como se acrescenta no dito acórdão, “*in casu*, resulta cristalino que a defesa da arguida Crisolita do Livramento em momento algum, do recurso a este Supremo Tribunal de Justiça, requereu que o julgamento do recurso ordinário fosse realizado em audiência contraditória, não tendo requerido renovação de prova e nem apresentado pontos concretos que quisesse que fossem debatidos, o que se pode constatar do requerimento de interposição de recurso de fls. 412 a 416”;



6.2.3. Verifica-se é que a segunda conduta, assente no facto de o Egrégio STJ não ter, através do acórdão recorrido, reconhecido nulidades insanáveis que se prenderiam com a ausência de notificação de um acórdão do TRB, do recurso do MP e de pareceres desta entidade, é, nesta estrita dimensão, passível de ser atribuída também a esse Alto Tribunal;

6.2.4. Portanto, neste particular, pode-se considerar que o Supremo Tribunal de Justiça empreendeu as duas condutas identificadas;

6.2.5. Subsistindo apenas a necessidade de se determinar se elas se constituem em violações de direitos, o que é questão que será enfrentada depois, ou já na fase de análise do mérito, caso, naturalmente, elas sejam admissíveis.

7. Um pedido de amparo no sentido de ser admitido, julgado procedente e consequentemente declarado nulo o *Acórdão STJ 114/2023, de 30 de maio*, e de restabelecimento dos direitos violados pode ser congruente com o disposto no artigo 25 da Lei do Amparo de do Habeas Data, ainda que manifestamente insuficiente.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Nesta situação concreta, tendo a alegada violação ocorrido no dia 30 de maio de 2023, coincidindo com o acórdão impugnado, dela o recorrente tomou conhecimento por último no dia 20 de junho através de notificação pessoal;

8.1.2. Tendo atuado no dia 23 do mesmo mês e ano, independentemente de se saber se não seria exigível uma diligência complementar, o que se enfrentará adiante, pode-se dizer que o fez dentro dos parâmetros deste pressuposto.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca qualquer mecanismo que seja idóneo a assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ele pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, esta possa revogar a sua própria decisão.

A – No caso concreto, as condutas terão decorrido de omissões do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça ocorridas em processo no qual apreciou um recurso alusivo à condenação da recorrente. Neste sentido, não cabendo recursos ordinários, dúvidas não subsistiriam de que houve o esgotamento determinado pela lei;

B – O mesmo ocorrendo com a utilização de meios pós-decisórios de impugnação, na medida em que, ainda que muito genericamente, invocou o artigo 408 do CPP para pedir reparação, o que seria necessário em relação à questão do julgamento que podia conduzir a uma situação de preterição de realização de fase processual.

8.2.2. Dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional

seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto, para haver esgotamento das vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos percutíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantia a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

8.3. Nesta situação concreta, o que se observa é que as duas condutas sob escrutínio foram dadas a conhecer ao Supremo Tribunal de Justiça no requerimento do pedido de reparação de direitos fundamentais que o advogado da recorrente endereçou a este alto órgão judicial, porém, em termos que muito discutivelmente se pode considerar adequados; pois o que a recorrente disse foi simplesmente que não foi notificada do recurso interposto que pediu o agravamento da pena e, conseqüentemente, agravou a sua situação jurídica, e que não foi notificada de pareceres do Procurador de Círculo de Barlavento e do PGR, além de não ter sido notificada do próprio acórdão do TRB, não tendo alegando, como veio a fazer por via da peça de amparo, que a conduta seria o facto de o STJ não ter reconhecido o facto de serem nulidades insanáveis – o que é coisa diferente –, e nem que isso violava qualquer direito fundamental. A segunda conduta também é apresentada de forma genérica, sem apresentação das razões jurídicas e limitando-se a sustentar que violam certos direitos, liberdades e garantias.

8.4. Mais uma vez, o Tribunal Constitucional deixa lavrado o alerta de que o pedido de reparação para ser considerado deve ser o mais completo e claro possível e deve identificar a conduta que se constitui na violação, a explicitação do direito, liberdade ou garantia vulnerado e as respectivas razões jurídicas que sustentam tais alegações, assim permitindo que o órgão judicial recorrido seja confrontado com a violação e tenha, informadamente, a possibilidade de a reparar.

8.5. É assim muito excecionalmente que se pode dar por preenchido este pressuposto em relação às duas condutas.

9. Sendo assim, dá-se por preenchidas todas as condições de admissibilidade em relação às duas condutas, o que não significa que se tenha de admitir o recurso neste particular. Nomeadamente porque pode dar-se o caso de serem aplicáveis as causas especiais de inadmissão previstas pelas alíneas e) e f) artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

9.1. De acordo com a primeira disposição, “o recurso não será admitido quando (...) manifestamente não estiver em causa a violação de direitos, liberdades e garantias individuais constitucionalmente reconhecidos como suscetíveis de amparo”.

9.1.1. A jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria percorreu um longo caminho desde a discussão inicial que se travou no âmbito dos Autos de Amparo Constitucional 1/2016 e que resultou no *Acórdão 5/2016, de 14 de março, Emílio Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 10 de maio de 2016, p. 1211-1221, e), e numa declaração de voto assinada pelo JC Pina Delgado.

9.1.2. A partir deste debate incorporou-se o entendimento de que o recurso a essa causa de inadmissão requereria que se demonstrasse a ausência de fundamentalidade do direito invocado, a ausência de conexão entre parâmetros de escrutínio convocáveis e as condutas impugnadas e a inviabilidade manifesta das pretensões do recorrente, que se manifestaria nas circunstâncias em que todos os juízes estivessem seguros de que a causa estava condenada a fracassar no mérito, não havendo a mínima centelha de poder ser estimado, caso admitido.

9.1.3. Esta posição foi assumida plenamente pelo *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); e seguidamente pelo *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 493-499, e); pelo *Acórdão 23/2019, de 27 de junho, Osmond Nnaemeka Odo v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, pp.1232-1236, e); pelo *Acórdão 24/2019, de 4 de julho, Leny Martins e Fernando Varela v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1580-1585, e), sendo que nestes três últimos casos, apesar da viabilidade extremamente reduzida, optou-se por se admitir o recurso, posto não haver segurança total a respeito da improcedência do pedido. Porém, em relação aos que já foram apreciados, conduzindo a decisão de improcedência no mérito (*Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por*

*tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 36-42; *Acórdão 26/2019, de 9 de agosto, sobre violação do direito à liberdade, da garantia de presunção de inocência e da garantia de não ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 24 de setembro de 2019, pp. 1590-1595). A estes se junta o mais recente *Acórdão 49/2022, de 12 de dezembro*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 92-96, que foi admitido *in extremis* porque nem todos os juízes ficaram convictos que o pedido era manifestamente inviável, mas pouco tempo depois foi julgado improcedente pelo *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de reclusão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683.

9.1.4. Já no *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 5 de abril de 2022, p. 909-915, e), considerou-se que manifestamente não era viável violação da garantia de não ser mantido em prisão preventiva sem proferimento de despacho de pronúncia, em situação em que, embora este não tenha sido notificado ao recorrente, foi proferido dentro do prazo legal de oito meses, e no *Acórdão 27/2022, de 24 de junho, Gilson Vieira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 setembro de 2022, p. 1916-1921, e), não se admitiu uma das condutas impugnadas por considerar que era manifestamente inviável que tivesse violado direito, liberdade ou garantia.

9.1.5. De todo esse debate emerge que a causa de admissibilidade da alínea e) do artigo 16 da Lei do Amparo e do *Habeas Data* permite que se antecipe a falta de mérito de um pedido de amparo nos casos em que ele não esteja devidamente ancorado numa posição jurídica que remeta a um direito amparável (“fundamentalidade”); em que entre as condutas impugnadas e os parâmetros indicados não exista uma ligação lógica (“conexão”) ou que perfunctoriamente se consiga concluir que, de forma clara, não há qualquer hipótese de o recurso ser procedente no mérito (“viabilidade”), o que pode acontecer quando todos os juízes tiverem acesso aos autos e puderem analisar todos os

elementos pertinentes e mostrarem-se confortáveis em antecipar o julgamento de mérito da questão, tornado inócuo qualquer juízo subsequente.

9.2. Em relação ao que diz ser o facto de não se ter conhecido de nulidades insanáveis, referentes a omissões de notificação do recurso e de pareceres do MP, não parece que tenham muita margem para prosperar, nomeadamente porque algumas alegações são notoriamente falsas, e, a rigor, mereciam uma sanção por litigância de má-fé.

9.2.1. Diz a recorrente de forma claramente inverídica que houve falta de notificação do recurso do MP, o qual foi comunicado tanto ao causídico quanto à recorrente, já que resulta patente dos autos que a f. 377 v. a certificação de “que se notificou a arguida Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento e o mandatário da arguida, Senhor Anildo Santos, de todo o conteúdo do despacho que admitiu os recursos interpostos nos autos, que consta da respetiva cópia e o duplicado do requerimento/fundamentação, que lhes entreguei no ato. De tudo disseram ficar ciente e assinam”, constando assinatura da Senhora Crisolita e do Advogado Anildo Santos;

9.2.2. O que pode alegar é que não foi pessoalmente notificada do parecer da Procuradora-Geral de Circuito, do parecer do PGR e do Acórdão do TRB, porém também estas alegações não têm muita margem para prosperar e duas delas porque manifestamente não houve violação de direito, liberdade e garantia;

9.3. Nomeadamente as que se referem a omissões de notificação de pareceres, haja em vista que:

9.3.1. A norma comum aplicável no momento em que as alegadas violações terão ocorrido, o artigo 458 da distinta versão então em vigor do CPP, dizia expressamente que “1. Recebido no tribunal a que se dirige o recurso, e cumpridas as formalidades na distribuição, o processo irá com vista ao Ministério Público, por oito dias” e “3. Se, na vista, o Ministério Público suscitar questão que agrave a posição processual do arguido, este será previamente notificado para, querendo responder, no prazo de sete dias”; portanto, de um ponto de vista do Direito, nenhuma censura havia a fazer a qualquer órgão judicial, porque, de facto, nessas circunstâncias normativas a obrigação de notificar um

arguido para que pudesse responder limitava-se às situações em que do parecer do MP resultasse o agravamento da posição processual do mesmo;

9.3.2. Portanto, a questão seria sempre reconduzível a uma questão de facto de se saber se qualquer desses pareceres agravaram a posição processual da arguida, parecendo que a resposta deve ser negativa;

9.3.3. A única peça que agravava a posição processual da arguida era o próprio recurso interposto pelo Ministério Público da Comarca de São Nicolau, que recorreu da decisão da pena aplicada pelo tribunal e do facto de ela ter ficado suspensa, justificando a sua posição através de um longo arrazoadado, para concluir que por a pena aplicada ser “adequada e ajustada, nem sequer justa para a reposição das normas violadas e proteção dos bens jurídicos como finalidade primordial do direito penal (...)”. Por isso, “em decorrência do exposto” afigurou-se-lhe que “ao condenar a arguida a uma pena de cinco anos de prisão e suspender a sua execução” a decisão do tribunal comarcão estaria viciada, devendo ser parcialmente revogada no sentido da condenação da arguida a uma pena não inferior a oito anos”. Mas, esta foi, como resulta dos autos e conforme declarado por esta decisão em determinação anterior, devidamente notificada a todos os intervenientes processuais.

9.3.4. No caso concreto do parecer subscrito pela Procuradora do Círculo de Barlavento o que se verifica é que ela se limita a corroborar as teses do recurso – dando, como nele se diz, razão à representante do MP – e a apontar os mesmos problemas à sentença supramencionada, culminando a sua promoção dizendo que “por considerarmos que o recurso interposto pela Digna representante do Ministério Público junto da instância encontra-se devidamente fundamentado e a contradição constante na sentença recorrida é clara e evidente, somos de parecer que o presente recurso merece provimento, devendo a sentença ser alterada por outra que condene a arguida Crisolita do Livramento de acordo com o dolo e a culpa dos atos por ela perpetrados e em pena efetiva de prisão”;

9.3.5. Já o parecer do Senhor PGR, assumidamente breve, como disse, reiterou outra vez que a arguida agiu com grau elevado de culpa, não parecendo trazer qualquer argumento novo que viesse a agravar substancialmente a situação processual da arguida e se este existia não foi identificado pela recorrente na peça de amparo, como devia. O



teor do dito parecer é concordante com o acórdão recorrido que reproduz e limita-se a debater os argumentos apresentados pela recorrente para concordar com a pena aplicada por esta se mostrar “adequada face ao comportamento da arguida (ora recorrente), à personalidade revelada durante o período em que praticou os factos, à ausência de arrependimento, e bem assim à necessidade elevada que se faz sentir de prevenção geral e especial, mostrando-se como merecedora de intensa reprovação, devendo, por isso, ser negado o provimento ao recurso e a decisão recorrida confirmada”;

9.3.6. Portanto, trata-se de situação em que não havia qualquer dever de notificação dos pareceres do Ministério Público porque objetivamente não se configurava situação de efeito agravante de promoção deste órgão sobre a situação jurídico-processual de um arguido. Em tais situações, não havendo ónus por parte do tribunal de notificar os arguidos são estes que, diligentemente, devem acompanhar o desenvolvimento do processo, podendo, caso entendam necessário, requerer a consulta dos autos nos termos da legislação aplicável e reagir às peças autuadas.

9.4. Se não se estava perante situação em que houvesse obrigação de notificação de pareceres, nem é necessário considerar a tese de que se estaria perante situação de nulidade insanável, até porque dificilmente se pode considerar um parecer como um despacho materialmente equivalente a uma acusação ou a um despacho de pronúncia;

9.5. Além do que uma omissão de declaração de nulidade insanável numa situação em que a mesma não é invocada pelo recorrente em moldes que ainda pudesse ser conhecida atuando o tribunal com plena jurisdição, não teria o efeito automático de conduzir a uma violação de um direito, liberdade e garantia. Para que tal acontecesse tal nulidade deveria ser tão evidente e incontestável que mesmo sem qualquer indicação um juiz providente conseguiria identificá-la a partir da análise do autuado.

9.6. Por essas razões, quanto a estas alegadas e inexistentes omissões de notificação através do acórdão recorrido, onde radicaria a violação por não consideração de existência de nulidade insanável, não tem a mínima viabilidade e podem ser afastadas desde já.

9.7. O que também não parece ter a mínima viabilidade é a conduta impugnada segundo a qual o Egrégio STJ ao invés de julgar o seu recurso em audiência fê-lo em conferência.

9.7.1. Pela singela razão de que neste particular, segundo entendimento implícito que adotou, o tribunal recorrido terá considerado que perante o regime jurídico que entendeu aplicável, e que condiciona a realização de julgamento em audiência a um pedido do arguido e à indicação dos pontos concretos que pretende debater, não caberia realizar audiência pública contraditória. Como, no caso concreto, não recebeu pedido nesse sentido nos termos legalmente estabelecidos, não teria havido qualquer violação de direitos;

9.7.2. E não parece que nesta dimensão não se lhe deva dar razão, posto que, de facto, de acordo com a norma legal emergente do ato legislativo aplicado, o artigo 463, número 1, do CPP, a realização de audiência pública depende de um pedido expresso, contendo indicação dos concretos pontos de facto e de direito que se pretende ver debatidos.

9.7.3. Compulsados os autos não se consegue identificar qualquer peça em que tal pedido acompanhado das indicações impostas pela lei tenha sido dirigido ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, falecendo por esta razão a viabilidade desta impugnação.

10. Quedando apenas neste particular a omissão de notificação pessoal do próprio acórdão do TRS, cuja admissibilidade, contudo, esbarra na jurisprudência deste Tribunal quanto à tomada de conhecimento de decisões, como se irá analisar a seguir.

10.1. Com efeito, a jurisprudência firmada por esta Corte sobre a matéria em discussão, como se pode ver pelo expresso no *Acórdão 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, 2., vai no sentido de que do ponto de vista constitucional, o que interessa é que o recorrente, enquanto arguido, titular de uma garantia de defesa em processo penal, de uma garantia de recurso em processo penal e de uma garantia a um processo justo e equitativo, tomar

conhecimento de uma decisão judicial impugnável ou passível de qualquer meio de reação. “A forma concreta como o sistema jurídico ordinário o faz e as presunções que a este respeito acolhe desde que realizem esse fim são legítimas enquanto questões de mera legalidade. Assim, relevante é que o arguido tenha conhecimento da decisão contra ele proferida. Esta é a exigência do contraditório, da ampla defesa, do direito ao recurso e do direito ao amparo”. Veja-se ainda o disposto no *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, para. 5.2.3-5.4.; *Acórdão 19/2020, de 8 de maio, Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade v. STJ, sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 86, 23 de julho de 2020, pp. 1836-1847, para. 4.3.1.; *Acórdão 25/2021, de 30 de abril, Walter dos Reis v. STJ, sobre violação de garantia de não ser sujeito a prisão preventiva sem ser ouvido, do direito ao contraditório e à defesa, do direito à audiência prévia e ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 62, 21 de junho de 2021, pp. 1895-1902, 3.3.; *Acórdão 34/2022, de 5 de agosto, Maria Augusta v. STJ, sobre violação de posição jurídica de receber comunicação de decisões penais desfavoráveis e do direito ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1952-1954, 2.

## 10.2. Mais especificamente quanto às presunções de comunicação:

10.2.1. Asseverou ainda o *Acórdão 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, Rel: JC Pina Delgado, 2.4, que “[a]s situações em que o arguido deveria ter tomado o conhecimento não são difíceis de se conjecturar, nomeadamente em situação em que se encontra em prisão preventiva e o prazo expira e o mesmo não faz nada, ou em circunstância em que o recorrente estava em liberdade, mas é detido e conduzido à cadeia civil para cumprimento de pena. Outros contextos permitiriam também presumir tomada de conhecimento, invertendo-se nestes casos específicos o ónus da prova. Seriam aqueles casos em que o arguido mantém o mesmo mandatário judicial, pois não parece crível que o mesmo não tivesse transmitido o conhecimento do conteúdo da decisão ao arguido”;

10.2.2. Da análise dos autos e das próprias alegações da recorrente resulta que esta foi notificada através de advogado por si constituído no dia 3 de março de 2017, conforme f. 404 dos autos. Depois disso, já no dia 12 de maio do mesmo ano, este mesmo advogado subscreveu, em nome da arguida, recurso ordinário dirigido ao Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, pressupondo-se, nos termos da jurisprudência desta Corte, a anuência informada da mesma, persistindo o patrocínio até ao momento em que foi notificado do acórdão recorrido.

10.3. Por conseguinte, como já se disse, a menos que tivesse a expectativa de que se notifique pessoalmente para que exerça direitos – nomeadamente de defesa, ao contraditório e ao recurso – que já exerceu, o que, além de ser de uma inutilidade a toda à prova (v. *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Red: JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, nº 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 3.2.1 E), teria o condão de contrariar a obrigação de os tribunais garantirem, nos termos do artigo 35, parágrafo primeiro, da Lei-Mãe, julgamento no mais curto prazo compatível com as garantias de defesa. Estando estas asseguradas pelos argumentos já arrolados, seria absolutamente vazia em termos de proteção de direitos, liberdades e garantias, na medida em que estar-se-ia perante uma situação em que não há violação nenhuma por não se ter gerado qualquer dano ao direito. Como o Tribunal Constitucional já se tinha manifestado não há equivalência entre o regime de nulidades do CPP e os critérios de admissibilidade de recursos de amparo (*Acórdão 51/2023, de 10 de abril, Amadeu Oliveira v. STJ, Inadmissão por Não-Imputabilidade da Violação ao Ato Judicial Recorrido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 45, 24 de abril de 2023, pp. 1088-1093, 5.2.3), o que também se aplica às determinações da jurisdição *ratione materiae* em matéria de amparo. Na medida em que neste particular o que releva para efeitos deste recurso especial não é o facto de o direito ordinário classificar ou não classificar um vício como conducente a situação de nulidade insanável, mas, antes, que tenha havido alguma vulneração do direito, liberdade e garantia subjacente. Do que decorre que se a posição jurídica que emerge desse direito tem por objeto permitir que o recorrente se defenda, contradite ou recorra de decisão e confirmasse que teve, de facto, a oportunidade processual de assim

proceder, esvazia-se completamente qualquer questão jusfundamental que pudesse resultar da desconsideração de dever legal de comunicação que impendesse sobre um órgão judicial em sede de processo penal.

10.4. Destarte, é situação de inexistência manifesta de violação de direito, liberdade e garantia em contexto no qual há jurisprudência denegatória de amparo consolidada que habilita o Tribunal Constitucional a não-admitir o recurso de amparo.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 23 de novembro de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 23 de novembro de 2023.

O Secretário,

*João Borges*